



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO SRP Nº 04/2021

(Processo Administrativo nº 23086.001824/2021-32)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gases laboratoriais para atender demanda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PEDIDO MÍNIMO	VALOR
1	366166	GÁS COMPRIMIDO - NOME: DIÓXIDO DE CARBONO. ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO. FÓRMULA QUÍMICA CO ₂ . MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL. GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V. CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL. NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-92.	METROS CÚBICOS	20	7	R\$ 152
2	366174	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7.	METROS CÚBICOS	10	10	R\$ 358
3	366179	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9. NITROGÊNIO GASOSO	METROS CÚBICOS	68	29	R\$ 44,5
4	374983	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7. HÉLIO GASOSO (HÉLIO ULTRA PURO)	METROS CÚBICOS	48	11	R\$ 366
5	392725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7.	LITRO	120	15	R\$ 399
6	405954	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9.	LITRO	976	50	R\$ 16,7
7	422898	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, ODOR E SABOR ADOCICADO, FÓRMULA QUÍMICA: N ₂ O, MASSA MOLECULAR: 38,63 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2	QUILOGRAMA	33	10	R\$ 150
8	430609	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HÉLIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA: HE, MASSA MOLECULAR: 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,9999%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-59-7. HÉLIO GASOSO (HÉLIO 6.0)	METROS CÚBICOS	20	10	R\$ 408
9	448549	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H ₂ , MASSA MOLECULAR 2,01 G, MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,9999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1333-74-0	METROS CÚBICOS	3	1	R\$ 1.85
10	456087	GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C ₂ H ₂ , MASSA MOLECULAR 26,04 G, MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2	METROS CÚBICOS	40	20	R\$ 140
11	456250	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G, MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,997%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-37-1	METROS CÚBICOS	36	20	R\$ 106

1.2. O prazo de vigência de cada contratação será de 130 (cento e trinta) dias contados a partir da data do aceite da correspondente Nota de Empenho, somente prorrogável nas hipóteses do § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

1.3. Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2021, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.4. Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº 1 19/10/2010 e no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

1.4.1. Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Quando os gases forem utilizados nos equipamentos, eles serão catalisados antes de atingirem a atmosfera. Mesmo considerando a hipótese de ocorrer possíveis perdas de gases, devido a danos causados no recipiente de armazenamento - cilindro, essas quantidades serão ínfimas e não causarão impactos consideráveis.

1.5. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

2. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) será divulgada, conforme preconiza o art. 4º do Decreto nº 7.892/2013.

2.1.1. Havendo manifestação de interesse de outros órgãos e entidades em participar da IRP serão adotados os seguintes critérios para a análise e aceitabilidade:

2.1.1.1. serão aceitos, no máximo, 2 (dois) órgãos ou entidades participantes na IRP. Caso haja manifestação de um número maior de órgãos, a aceitabilidade de participação levará em consideração a ordem cronológica de registro da manifestação no sistema eletrônico;

2.1.1.2. serão aceitas, por órgão, as quantidades de, no máximo, o dobro do quantitativo registrado pelo órgão gerenciador, desde que a consolidação dos quantitativos do órgão gerenciador somados aos quantitativos de todos os órgãos participantes não implique na criação de reserva de cota de que trata o art. 8º do Decreto nº 8.538/2015;

2.1.1.3. somente serão aceitas manifestações de órgãos ou entidades localizados na região sudeste do país, em função dos custos logísticos e/ou fiscais e de características regionais;

2.1.2. Os órgãos e entidades que atenderem aos critérios acima serão contactados pelo órgão gerenciador para enviar a Declaração de cumprimento das obrigações do órgão participante e a Declaração de concordância com o Termo de Referência Consolidado.

2.1.3. Serão recusadas as manifestações de interesse que:

2.1.3.1. não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos para aceitabilidade;

2.1.3.2. para as quais o participante informe valor unitário diverso do valor unitário registrado pelo órgão gerenciador;

2.1.3.3. nos casos em que os outros órgãos e entidades não apresentem os documentos solicitados pelo órgão gerenciador ou os apresentarem fora do prazo ou meios estabelecidos.

2.1.4. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inclusão de novos itens;

2.1.5. Não será admitida, em nenhuma hipótese, à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP;

2.1.6. As manifestações de interesse que estejam de acordo com os critérios estabelecidos serão aceitas por este órgão gerenciador e figurarão como participantes deste Registro de Preços;

2.1.7. Os critérios acima foram elaborados considerando a capacidade operacional, gerencial e a mão-de-obra disponível atualmente no órgão gerenciador para operacionalização das aquisições e serão aplicados ao presente certame.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. **O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, contados a partir da data do aceite da Nota de Empenho pelo Licitante, via e-mail, em remessa única, no seguinte endereço:**

6.1.1. Diamantina (MG): Campus JK, Divisão de Almoxarifado, BR 367, KM 583, nº 5000, Alto da Jacuba, Diamantina (MG), CEP 39100-000, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis;

6.1.2. **Não haverá exigência de garantia contratual, pelas razões abaixo justificadas:**

6.1.2.1. **Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação (material de consumo), não comprometendo o cumprimento das obrigações;**

6.1.2.2. **Segundo, a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.**

6.1.2.3. **Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.**

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 119.742,30.
- 15.2. **Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, realizados pelos requisitantes, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN 73/2020 ME/SEDGGD/SG.**
16. **DO FORO**
- 16.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Sete Lagoas, Seção Judiciária de Minas Gerais, Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Diamantina, 28 de abril de 2021

Abraão Jose Silva Viana
Técnico de laboratório
SIAPE 1826179

Dilton Martins Pimentel
Técnico de laboratório
SIAPE 2269629

Lúcio Otávio Nunes
Técnico de laboratório
SIAPE 1825968

Marcelo Henrique Fernandes Ottoni
Técnico de laboratório
SIAPE 3152511

Múcio Mágnio de Melo Farnezi
Técnico de laboratório
SIAPE 1872270

Thiago Fonseca Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
SIAPE 2412083

APÊNDICE

Estudo Técnico Preliminar

OBJETO: Aquisição de gases laboratoriais para atender demanda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM.

1 – Informações Básicas: Número processo: 23086.001824/2021-32

2 – Descrição da necessidade da contratação:

Atualmente, na estrutura da pós-graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM são ofertados 49 (quarenta e nove) cursos presenciais, 05 (cinco) cursos na modalidade à distância, 08 (oito) programas de doutorado, 15 (quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programas de mestrado profissional. Somente na pós-graduação estão envolvidos em torno de 1400 alunos, entre bolsistas de doutorado, de mestrado, de iniciação científica, especialização e pós-doutorado, além de técnicos de laboratório e professores.

Devido ao grande número de programas de pós-graduação que possuem atividade de pesquisa nos vários campi da UFVJM, essa estrutura de pesquisa, que envolve pesquisadores de várias áreas do conhecimento, demanda uma diversidade de consumíveis que subsidiam o andamento e continuidade de pesquisas, projetos e atividades práticas curriculares da Pós-Graduação. Entre estes consumíveis estão os gases, que de forma geral, são comprimidos em cilindros ou vasilhames que variam de capacidade de volume, apresentando ainda uma ampla variação quanto a sua pureza, a depender do seu uso, que é bem diverso, seja em equipamentos, como carreadores de amostras, como componentes de reações, manutenção de ambiente inerte, resfriamento de componentes, ambiente com controle monitorado de gases, etc. Especificamente, os gases comprimidos são de ampla necessidade para manter em funcionamento esse complexo sistema de pesquisa que envolve a Pós-Graduação. Dessa maneira, vale salientar que a ausência desses gases culminaria em prejuízos que podem comprometer a execução de diversos procedimentos e funcionamento de equipamentos essenciais aos programas de Pós-Graduação da UFVJM.

Atualmente a universidade possui muitos laboratórios de Pós-Graduação, que fornecem suporte a pesquisas realizadas na UFVJM. A pós-graduação forma periodicamente um grande quantitativo de profissionais mestres e doutores que estão aptos ao trabalho e podem colaborar com o desenvolvimento

científico e tecnológico do país. Tal solicitação apresentada nesse processo se fundamenta justamente na necessidade de manutenção e conclusão de pesquisas em andamento na universidade.

Com isso, a aquisição dos gases comprimidos solicitados tem como objetivo suprir a demanda de pesquisa e Pós-graduação da UFVJM. Estes gases serão utilizados por vários programas de Pós-Graduação e fornecerão meios para proporcionar o desenvolvimento de um ambiente universitário que busca a construção do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico e científico, estabelecendo um patamar de qualidade, inserção regional, nacional e internacionalização.

3- Área Requisitante e Responsáveis

Área Requisitante	Responsável
PRPPG/LIPEMVALE	Abraão José Silva Viana
PRPPG/LABVALE	Dilton Martins Pimentel
PRPPG/LPP JEQUI	Lúcio Otávio Nunes
PRPPG/CIPq	Marcelo Henrique Fernandes Ottoni
PRPPG/MULTIFLOR	Múcio Mágnio de Melo Farnezi

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

5 - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Os bens a serem adquiridos enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um número razoável de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição dos materiais são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.
- É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada.
- Considerando a quantidade de itens que se pretende adquirir a adesão foi descartada, não teríamos tempo hábil e não seria econômico para a administração.

A escolha adequada para realizar a contratação dos itens de consumo foi o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, uma vez que os bens a serem adquiridos enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do Decreto nº 7.892/13.

6 - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição dos itens necessários para atender nossa demanda deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação, por se tratar de itens de consumo não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

7 - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada pelos requisitantes (que podem ser identificados no item 3 desse ETP) de acordo com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC. Os requisitantes consideraram o consumo de aquisições anteriores e a previsão de consumo no ano vigente para não prejudicar o andamento das pesquisas que necessitam dos materiais.

A quantidade de Hélio líquido requerido contempla a demanda do equipamento de Ressonância Magnética Nuclear, cuja recarga de 60 litros de Hélio líquido deve ocorrer a cada 4 meses, totalizando 120 litros.

O quantitativo de nitrogênio líquido deverá atender a recarga quinzenal de 20 litros para o equipamento de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) (600 litros), o reabastecimento quinzenal de 6 litros para dois botijões criogênicos do banco de células (200 litros) e ao consumo dos laboratórios de pesquisa em Química e Farmácia nos espaços multiusuários do LIPEMVALE, CIPq e LABVALE, que contam com dewars de 30 e 50 litros, que serão solicitados de acordo com a demanda do pesquisador (176 litros). Além de nitrogênio líquido e hélio líquido, o RMN necessita de gás hélio, para que sejam efetuadas as recargas de hélio líquido, sendo assim necessários 40 metros cúbicos desse gás (pureza 99,999%), sendo este mesmo gás também demandados pelo LIPEMVALE (3 m³) para atmosfera inerte no equipamento Fluorescência de Raios-X e MULTIFLOR (5 m³), totalizando 48 m³ do gás hélio pureza 99,999%.

No LIPEMVALE, é demandado o gás hélio de alta pureza (99,9999%), para atender o equipamento de análise elementar, visto que interfere significativamente nos resultados, fazendo parte da análise, além de servir como gás de referência na célula térmica de detecção de nitrogênio. O gás Hidrogênio pureza 99,9999% será utilizado no LIPEMVALE para recuperação de cobre oxidado, proveniente do analisador elementar.

O nitrogênio gasoso é de uso corrente para várias finalidades nos laboratórios, como secagem de materiais e obtenção de atmosfera inerte, sendo por isso justificável a demanda de 68 metros cúbicos desse gás para os laboratórios. Ademais, todos estes espaços multiusuários possuem cilindros para os gases acetileno, oxigênio e dióxido de carbono, cuja recarga será solicitada conforme o consumo e necessidade de cada laboratório.

Os 10 m³ de nitrogênio gasoso utilizados no LABVALE são usados no Microscópio Eletrônico de Varredura para gerar atmosfera inerte, necessária para efetuar as análises. Vale ressaltar que este equipamento atende a uma média de 20 (vinte) pesquisadores das mais diversas áreas de atuação e departamentos como usuários frequentes, além dos que fazem uso esporádico, abrangendo um número enorme de alunos de iniciação científica, mestrado e

doutorado. Sendo assim, o referido gás proporciona manter em condições de funcionamento este equipamento de grande impacto nas pesquisas realizadas na instituição.

O dióxido de carbono para uso medicinal ou hospitalar é utilizado constantemente nas incubadoras de CO2 do CIPq. Estes aparelhos são usados para a manutenção da viabilidade de culturas de células em experimentos realizados in vitro. O dióxido de carbono, juntamente com a temperatura a 37°C e umidade de 95%, é essencial para manter uma atmosfera ideal para a sobrevivência das células na incubadora. A média de uso de dióxido de carbono é de 20 m3 por ano, com adequado fornecimento de 10 m3 de CO2 por semestre.

O Gás comprimido Acetileno (usado como gás combustível) e o Gás Óxido Nitroso (usado como oxidante) são insumos imprescindíveis para o funcionamento do Equipamento Espectrofotômetro de Absorção Atômica (AA). Método analítico instrumental empregado na análise de materiais geológicos (água, solo, rochas, minérios, etc) fornecendo resultados exatos e precisos para um grande número de elementos de importância geoquímica, em especial Fe, Cu, Mn, Zn, Na, K, Ca e Mg, etc. As aplicações incluem ainda a análise de tecidos vegetais e ambiental. Ressalta-se que o uso de gases especiais (alta pureza) irá melhorar a precisão de resultados analíticos ao realizar espectroscopia de absorção atômica, uma vez que garantem uma chama mais limpa, menor interferência e melhores resultados analíticos.

O Gás Argônio (gás principal,) e o Gás Nitrogênio (gás de purga) são insumos imprescindíveis para o funcionamento do Equipamento ICP-OES (Técnica da espectrometria de emissão ótica com plasma indutivamente acoplado). Além da característica marcadamente de ser multielementar, o ICP realiza determinações de mg/L ou µg/L, em amostras líquidas com sistema de introdução de amostra com nebulização.

ITENS			QUANTIDADE				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	LIPEMVALE	LABVALE	LPP JEQUI	CIPq	MU
1	Gás Comprimido, Nome: dióxido de carbono. Aspecto físico incolor, inodoro. Fórmula química CO2. Massa molecular 44,0 G/MOL. Grau de pureza teor mín. 99,5% V/V. Característica adicional uso medicinal. Número de referência química CAS 124-38-92.	Metros cúbicos				20	
2	Gás comprimido, nome oxigênio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química o2, massa molecular 31,99 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%	Metros cúbicos	10				
3	Gás comprimido, nome nitrogênio, aspecto físico inerte, incolor, inodoro, fórmula química n2, massa molecular 28,96, grau de pureza teor mínimo de 99,99%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7727-37-9 - nitrogenio gasoso (5.0 analítico - uso em ICP-OES)	Metros cúbicos		10	40		18
4	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química he, massa molecular 4,00, grau de pureza teor mínimo de 99,999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7440-59-7 - hélio gasoso (Hélio ultra puro)	Metros cúbicos	3		40		5
5	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico líquido, fórmula química he, massa molecular 4,00, grau de pureza teor mín. 99% v/v, número de referência química cas 7440-59-7	Litro			120		
6	Gás comprimido, nome nitrogênio líquido, aspecto físico incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química n2, massa molecular 28,96, grau de pureza teor mínimo de 99,999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7727-37-9	Litro			976		
7	Gás comprimido, nome: óxido nitroso, aspecto físico: incolor, odor e sabor adocicado, fórmula química: n2o, massa molecular: 38,63 g,mol, grau de pureza: pureza mínima de 99,5%, característica adicional: grau analítico, número de referência química: cas 10024-97-2 (Para Absorção Atômica)	Quilograma					33
8	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química he, massa molecular 4,00 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%, número de referência química cas 7440-59-7 - hélio gasoso (Hélio 6.0)	Metros cúbicos	20				
9	Gás comprimido, nome hidrogênio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química h2, massa molecular 2,01 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 1333-74-0	Metros cúbicos	3				
10	Gás comprimido, nome acetileno, aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química c2h2, massa molecular 26,04 g, mol, grau de pureza pureza mínima de 99,8%, número de referência química cas 74-86-2 (para Absorção Atômica)	Metros cúbicos	20				20
11	Gás comprimido, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química ar, massa molecular 39,94 g, mol, grau de pureza pureza mínima de 99,997%, número de referência química cas 7440-37-1 (para uso ICP-OES)	Metros cúbicos	20				20

8 - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Como método para estimar os valores para a referida contratação, os requisitantes realizaram pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia (média) utilizada para obtenção dos preços de referência. As pesquisas de preços foram realizadas obedecendo as disposições da IN SEDGGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II."

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

O mapa de preços contendo os preços unitários dos itens e a estimativa do valor da contratação encontra-se abaixo:

MAPA DE PREÇOS					
ITEM	CATMAT	CODIGO E- CAMPUS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID. DE M
1	366166	103332	Gás Comprimido, Nome: dióxido de carbono. Aspecto físico incolor, inodoro. Fórmula química CO2. Massa molecular 44,0 G/MOL. Grau de pureza teor mín. 99,5% V/V. Característica adicional uso medicinal. Número de referência química CAS 124-38-92.	20 m³ - CIPq	Metro cúbico
2	366174	100988	Gás comprimido, nome oxigênio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química o2, massa molecular 31,99 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%	10 m³ - LIPEMVALE	Metro cúbico
3	366179	100403	Gás comprimido, nome nitrogênio, aspecto físico inerte, incolor, inodoro, fórmula química n2, massa molecular 28,96, grau de pureza	10 m³ - LABVALE / 40 m³	Metro

			teor mínimo de 99,99%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7727-37-9 - nitrogênio gasoso	- LPP / 18 m³ - MULTIFLOR	cúbico
4	374983	10400	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química he, massa molecular 4,00, grau de pureza teor mínimo de 99,999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7440-59-7 - hélio gasoso (Hélio ultra puro)	40 m³ - LPP / 03 m³ - LIPEMVALE / 05 m³ - MULTIFLOR	Metro cúbico
5	392725	99394	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico líquido, fórmula química he, massa molecular 4,00, grau de pureza teor mín. 99% v/v, número de referência química cas 7440-59-7	120 l - LPP	Litro
6	405954	99599	Gás comprimido, nome nitrogênio líquido, aspecto físico incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química n2, massa molecular 28,96, grau de pureza teor mínimo de 99,999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 7727-37-9	976 l - LPP	Litro
7	422898	101440	Gás comprimido, nome: óxido nitroso, aspecto físico: incolor, odor e sabor adocicado, fórmula química: n2o, massa molecular: 38,63 g/mol, grau de pureza: pureza mínima de 99,5%, característica adicional: grau analítico, número de referência química: cas 10024-97-2	33 kg - MULTIFLOR	Quilograma
8	430609	103325	Gás comprimido, nome hélio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química he, massa molecular 4,00 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%, número de referência química cas 7440-59-7 - hélio gasoso (Hélio 6.0)	20 m³ - LIPEMVALE	Metro cúbico
9	448549	103324	Gás comprimido, nome hidrogênio, aspecto físico incolor, inodoro, inflamável, fórmula química h2, massa molecular 2,01 g, mol, grau de pureza teor mínimo de 99,9999%, característica adicional grau analítico, número de referência química cas 1333-74-0	03 m³ - LIPEMVALE	Metro cúbico
10	456087	103323	Gás comprimido, nome acetileno, aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química c2h2, massa molecular 26,04 g, mol, grau de pureza pureza mínima de 99,8%, número de referência química cas 74-86-2	20 m³ - LIPEMVALE 20 m³ - MULTIFLOR	Metro cúbico
11	456250	103322	Gás comprimido, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química ar, massa molecular 39,94 g, mol, grau de pureza pureza mínima de 99,997%, número de referência química cas 7440-37-1	18 m³ - LIPEMVALE / 18 m³ MULTIFLOR	Metro cúbico

9 - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 23: [...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]

Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dessa forma, será realizada licitação para aquisição dos gases, em conformidade com o § 5º do art. 7º da Lei 8.666/93. A adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula 247 do TCU.

10 - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplica a essa contratação.

11 - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

Esta solicitação atende aos objetivos do plano de desenvolvimento institucional da UFVJM 2017-2021, disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2017-2021/view> por estar de acordo com as seguintes metas:

- Manutenção da excelência dos programas de mestrado.
- Incentivar os programas de Pós-graduação na contínua melhoria de qualidade, com vistas à consolidação e ampliação dos cursos de doutorado.
- Melhorar a capacidade e organização da Pesquisa e Pós-graduação com a implementação de políticas de uso coletivo da capacidade instalada para pesquisa e ensino na UFVJM.

A compra dos referidos gases é essencial para o funcionamento de equipamentos utilizados nas pesquisas desenvolvidas nos laboratórios multiusuários, uma vez que atendem a um amplo número de linhas de pesquisa de docentes permanentes de diferentes Programas de Pós-Graduação, portanto a aquisição é necessária para a continuidade de muitos projetos de pesquisa que já estão em andamento e de novos projetos que serão iniciados.

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir foram previstos no PAC/2021, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

Os números correspondentes aos itens previstos no PAC constarão no processo administrativo.

12 - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

A manutenção das pesquisas e suporte a aulas práticas da Pós-graduação da UFVJM, consequentemente o desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional são o maior benefício observado na aquisição destes gases.

É extremamente relevante o fato de que a Pós-graduação oferece oportunidade ao estudante o acesso ao conhecimento de fronteira, contato com novas metodologias experimentais e uso do conhecimento teórico. Com isso, os estudantes terão maiores chances de inserção no mercado de trabalho e uma grande vivência profissional, sendo esse um dos objetivos de uma instituição de ensino superior.

De maneira geral também é importante salientar a contribuição que a pesquisa traz aos estudantes em um mundo cada vez mais complexo em que o conhecimento é uma valiosa ferramenta. Com isso a aquisição dos gases tem o objetivo direto de contribuir com a manutenção da Pós-Graduação, proporcionar condições para que a pesquisa seja realizada na UFVJM e contribuir com o desenvolvimento regional e nacional.

É o principal benefício direto que a aquisição desses gases proporcionará à comunidade acadêmica, visto que a oportunidade dos estudantes ter contato com as metodologias experimentais, permitindo a aplicação do conhecimento teórico, além da vivência prática dos conhecimentos adquiridos em aulas, proporcionam aos estudantes maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Um dos objetivos de uma instituição de ensino superior é o de oferecer aos cursos ofertados condições de possibilitar aos estudantes a construção de uma sólida base de conhecimentos e o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do mundo atual, formando profissionais capazes de contribuir no desenvolvimento municipal, regional e nacional.

Como benefícios indiretos é possível mencionar, dentre outros, impactos positivos que esta aquisição será capaz de produzir, como o incentivo implícito dado aos estudantes, já que terão condições estruturais para exercitar o raciocínio, testar experimentos, solucionar problemas e desenvolverem suas atividades. Além de oferecer aos docentes e técnicos um ambiente favorável de trabalho para que as futuras pesquisas e as que estão em andamento gerem resultados e possam ser avaliados com precisão. Manter equipamentos em condições de uso e operacionais, manter locais que requerem controle monitorado de gases e manter em funcionamento equipamentos que são indispensáveis para as pesquisas da Pós-Graduação e da Universidade como o todo, uma vez que os equipamentos atendidos por eles têm caráter multiusuário.

13 - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

14 - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;

Como trata-se de aquisição de gases para os laboratórios de pesquisas, os gases serão manipulados por empresa especializada e sua manipulação não oferece impacto ambiental tanto no momento das recargas quanto no momento da utilização dos gases no ambiente dos laboratórios. A futura empresa contratada se responsabilizará pela condução segura do produto até ser entregue na UFVJM.

Quando os gases forem utilizados nos equipamentos, eles serão catalisados antes de atingirem a atmosfera. Mesmo considerando a hipótese de ocorrer possíveis perdas de gases, devido a danos causados no recipiente de armazenamento - cilindro, essas quantidades serão ínfimas e não causarão impactos consideráveis.

15 - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se como viável e imprescindível ao atendimento das demandas dos órgãos.

16. Requisitantes Responsáveis

Servidor/Cargo/Função	SIAPE
Abraão Jose Silva Viana/ Técnico Administrativo em Educação /Técnico de laboratório	1826179
Dilton Martins Pimentel / Técnico Administrativo em Educação / Técnico de laboratório	2269629
Lúcio Otávio Nunes / Técnico Administrativo em Educação / Técnico de laboratório	1825968
Marcelo Henrique Fernandes Ottoni / Técnico Administrativo em Educação / Técnico de laboratório	3152511
Múcio Mágnio de Melo Farnezi/ Técnico Administrativo em Educação /Técnico de laboratório	1872270

FIM DO APÊNDICE

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Outubro/2020



Documento assinado eletronicamente por **Abraão Jose Silva Viana, Servidor**, em 28/04/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Otávio Nunes, Servidor**, em 28/04/2021, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Henrique Fernandes Ottoni, Servidor**, em 28/04/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilton Martins Pimentel, Servidor**, em 28/04/2021, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fonseca Silva, Pro-Reitor(a)**, em 28/04/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Múcio Mágnio de Melo Farnezi, Servidor**, em 28/04/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0340661** e o código CRC **1A333AA6**.

